

# **Contos e encontros: ocupação de áreas de interesse ambiental e conflitos entre políticas públicas e comunidades locais em Vitória-ES**

Márcio Antonio Farias de Freitas<sup>1</sup>  
Edimilson Rodrigues de Souza<sup>2</sup>

## **RESUMO:**

A proposta deste artigo é interrogar os discursos de sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, a partir da descrição de um dos focos deste conflito, a comunidade conhecida como “Campinho” no alto do morro da Fonte Grande, que ganhou visibilidade a partir da criação do Parque Estadual da Fonte Grande em 1986. Considerando os vários atores e órgãos envolvidos nesta problemática, esta leitura do conflito tentará evidenciar as circularidades presentes nas falas e práticas dos moradores do local, na tentativa de questionar políticas “desenvolvimentistas” e práticas de “remanejamento” que têm desconsiderado as matas nos morros e seus arredores, e o canal do mangue na baía de Vitória, como ambientes socializados através das formas de organização da produção e pertencimento das identidades coletivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflito socioambiental - Políticas de remanejamento - Territorialidades - Antropologia Política

## **1. Introdução**

A cidade de Vitória-ES tornou-se palco de discursos sobre “sustentabilidade” e “ecologização”, sobretudo a partir do lançamento do Projeto “Vitória do Futuro” (1996-2010), que articulava planejamento estratégico da cidade e valorização da biodiversidade, com o intuito de inseri-la no contexto global da Agenda 21. (CICCARONE, 2010, p. 34)

Estes eventos têm concentrado esforços em torno da noção de “ordenamento” e “restrições” para a ocupação do território, que se tornaram, desde então, palavras de ordem nos discursos políticos sobre a Cidade e seus “espaços verdes”, transformando-se

---

<sup>1</sup> Cientista Social (UFES), mestrando em Ciências Sociais (PPGSCO/UFES), bolsista CAPES. e-mail: m.ffreitas@hotmail.com.

<sup>2</sup> Cientista Social (UFPA), mestrando em Ciências Sociais (PPGCSO/UFES). e-mail: edimilsonrondon@gmail.com.

em força motriz nas agendas políticas de re-definição de direitos sobre uso e permanência nesses territórios<sup>3</sup>. Contudo o que se pode perceber, a partir de algumas aproximações, é que os principais interessados, os moradores das regiões de mangue e morro, não estão sendo envolvidos nestes debates e nas formulações destas “políticas públicas”.<sup>4</sup>

As políticas públicas municipais se mantiveram perseverantes no achatamento destas múltiplas territorialidades urbanas. Com o remodelamento da região metropolitana de Vitória, planejado desde 1996, e reiterado no novo plano diretor urbano (PDU), se desencadeava, a partir de 2004, um novo processo de desterritorialização: identificando nos morros e encostas áreas de interesse ambiental e situações de risco, era promovida a remoção de seus moradores, desconsiderando as formas de ocupação e vínculos de pertencimento com a localidade. (CICCARONE, 2010, p. 10)

A proposta deste artigo é revisitar estas problemáticas e tentar analisar um dos focos deste conflito, a comunidade conhecida como “Campinho”<sup>5</sup> no alto do morro da Fonte Grande<sup>6</sup>, que ganhou visibilidade a partir da criação do Parque Estadual da Fonte Grande, em 1986. Desde então, vem ocorrendo constantes tentativas de intervenção por parte da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), no intuito de remanejar a população do local sob a justificativa de ser uma área de interesse ambiental (AIA).

Considerando os vários atores e órgãos envolvidos nesta problemática, esta leitura do conflito tentará evidenciar as circularidades<sup>7</sup> presentes nas falas e práticas dos

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que de acordo com Antonio Carlos Diegues e Paulo José Nogara (1999, p. 35) o conceito de território pode ser definido como “uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle e uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de ‘utilizar’”.

<sup>4</sup> A implementação da política municipal de embelezamento urbano e de intervenção sanitária de higienização social promovida pela administração Muniz Freire (1892-1896) e a política de aterro dos manguezais desencadeada na administração seguinte de Jerônimo Monteiro (1908-1912) são dois bons exemplos de projetos políticos de valorização de áreas urbanas que desconsideraram as peculiaridades dos moradores locais. (CICCARONE, 2010, p. 07)

<sup>5</sup> A presença de um campo de futebol (Benjamin Matias foi fundado por antigos moradores) no alto do morro é o indicativo de sociabilidade, pois este local se constitui enquanto um espaço de troca e negociação. Ele se tornou um marco referencial para alguns moradores e de representação externa do lugar. Categoria utilizada pelos técnicos da PMV e pela Associação de moradores de Fradinhos, para nomear o espaço.

<sup>6</sup> O Morro da Fonte Grande, na região central da ilha de Vitória (ES), foi assim denominado pela presença de numerosas fontes e bicas de água que atraíram para suas proximidades os colonizadores na escolha dos lugares propícios para as edificações da nova sede da Capitania, conciliando a necessidade de se proteger e defender dos ataques dos rivais europeus e dos povos indígenas, originários daquelas terras, com o aproveitamento dos recursos hídricos que abasteceram a cidade até começo do século XX. (CICCARONE, 2010, p. 05)

<sup>7</sup> Alguns sistemas de troca, descritos por Marcel Mauss, nos ajudam a entender melhor essas circularidades, pois conforme o autor “compreende-se logicamente, nesse sistema de idéias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois, aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria

moradores do local, na tentativa de questionar políticas “desenvolvimentistas”, discursos sobre “sustentabilidade” e práticas de “remanejamento” que têm desconsiderado as matas nos morros e seus arredores, e o canal do mangue na baía de Vitória, como territorialidades, ambientes socializados através das formas de organização da produção e pertencimento das identidades coletivas dos moradores locais, na expressão de suas práticas sócio-culturais.

Nesta direção, este artigo se constrói enquanto possibilidade de reunir dados sobre o local, a partir do encontro de duas aproximações da comunidade, a primeira através dos trabalhos dos técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória, e a segunda no âmbito do projeto de pesquisa “Identidades, territórios e cidadania”, cruzando, dessa forma, alguns olhares e perspectivas, intencionando conflitar resultados de dois esforços de entendimento dos sujeitos e dos conflitos.

## **2. Encruzilhada Metodológica**

Este texto é o resultado do encontro de dois trabalhos, o primeiro realizado pelos técnicos do Núcleo Gestor do Programa Terra Mais Igual<sup>8</sup> e o segundo no âmbito do projeto de pesquisa “Identidade, territórios e cidadania”<sup>9</sup>, vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Territórios Étnicos (NETES) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A proposta da primeira pesquisa foi caracterizar as famílias moradoras do território do “Campinho”, diagnosticar sua relação com o lugar em que vivem e também subsidiar

---

perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente [...] têm poder mágico e religioso sobre nós. Enfim, a coisa dada não é uma coisa inerte. [...] a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro.” [...] (2003, pp. 200-201)

<sup>8</sup> O trabalho desenvolvido no período de março de 2008 a janeiro de 2011 junto à equipe da Poligonal 3 do Projeto Terra, resultou na elaboração do “Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade do Campinho da Fonte Grande”. A pesquisa, análise dos cadastros socioeconômicos, tabulação dos dados e elaboração do relatório foram desenvolvidos em conjunto pelos analistas em relações sociais Márcio Antonio Farias de Freitas e Geovana T. da Silva, com a colaboração do acadêmico em Ciências Sociais José Antonio P. Castello Marco.

<sup>9</sup> O projeto de pesquisa “Identidades, territórios e cidadania”, foi financiado pelo Fundo de apoio à ciência e tecnologia da Prefeitura Municipal de Vitória (FACITEC), coordenado pela Prof. Dra. Celeste Ciccarone (UFES), no período de um ano entre 2010 e 2011, a equipe é composta pelos alunos de Ciências Sociais da UFES, Filipe Guimarães, Fernanda Carvalho Figueira, Alexandre del Piero, Raphael Brun, e pelos cientistas sociais Felipe Moura, Edimilson Rodrigues de Souza, mestrando do PPGCSO/UFES, Gabrielly Merlo de Souza, mestranda do PPGAS-UFMG, e Márcio Antonio Farias de Freitas, mestrando do PPGCSO/UFES, a partir de março de 2011.

tecnicamente o Programa Terra Mais Igual, da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), no diálogo com as Secretarias de Meio Ambiente (SEMMAM), Desenvolvimento das Cidades (SEDEC), Obras (SEMOB) e Habitação (SEHAB), uma vez que esse território está localizado em “Área de Interesse Ambiental” (AIA) e há o indicativo de remanejamento das famílias que ali vivem para o Programa de Reassentamento da PMV com o objetivo de conectar as duas áreas do Parque Estadual da Fonte Grande.

Para elaboração desse estudo a pesquisa foi dividida em dois momentos. Inicialmente, adotou-se a pesquisa quantitativa para o levantamento de dados primários, por meio de aplicação de instrumento de cadastramento socioeconômico do Programa Terra Mais Igual, criado pelo Decreto Municipal nº 14.053/08. A primeira parte da investigação teve início no dia 12 de novembro de 2008 e foi concluída no dia 07 de dezembro de 2008. Os técnicos da Poligonal 03<sup>10</sup> se dividiram em equipes para efetuar o cadastramento dos moradores. Os profissionais que participaram dessa ação foram 02 cientistas sociais, 03 assistentes sociais, 02 acadêmicas de serviço social, 02 técnicos em edificações e 01 administrador. Nesta fase foram cadastradas 38 famílias moradoras do “Campinho” da Fonte Grande. Já a segunda etapa da pesquisa se deu no período de 05 de janeiro a 13 de fevereiro de 2009, e foi realizada por 02 cientistas sociais e 01 acadêmico de Ciências Sociais, ocasião em que foram entrevistadas as famílias ou proprietários de 41 edificações.

A segunda pesquisa, nos moldes de uma pesquisa-ação<sup>11</sup>, está sendo desenvolvida por um grupo de acadêmicos da UFES, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos moradores do local. Este mapeamento resultará na produção e publicação de fascículos de cartografia social, a serem utilizados como instrumentos participativos na implementação de políticas públicas direcionadas a estes segmentos da população urbana, pautadas nos princípios de cidadania, respeito à diversidade sócio-cultural e étnica, demandada pelos povos e comunidades que compõe a sociedade brasileira.

---

<sup>10</sup> A Poligonal 03 localizada na região central de Vitória, compreende o bairro da Fonte Grande e a comunidade do “Campinho”, os bairros de Santa Clara, Moscoso, Piedade, e a comunidade da Capixaba.

<sup>11</sup> A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1996, p. 14)

Os trabalhos estão sendo desenvolvidos em duas principais direções: etnografia e pesquisa documental, imbuídos de coletar depoimentos que remontem a história da ocupação do morro, através da memória dos primeiros moradores. O que possibilitará a construção de mapeamentos a partir das trilhas e das fontes descritas nas entrevistas culminando na elaboração de cartilhas de cartografia social.

Neste texto a intenção é articular narrativas e dados coletados em pesquisas de campo, através de entrevistas ou questionários, no intuito de construir uma meta-etnografia, para questionar não apenas as ações dos agentes governamentais, mas a intervenção dos técnicos da PMV e da comunidade acadêmica nas relações cotidianas dos moradores do morro. Possibilitando em certa medida uma avaliação dessas intervenções e percepção dos “nativos” sobre estes sujeitos institucionalizados<sup>12</sup>.

### **3. Contextos históricos e lutas “desiguais”: “Vitória sustentável”, PDU e Programa Terra Mais Igual**

Questões ligadas a conflitos socioambientais têm ganhado espaço em agendas de pesquisa nos últimos anos de forma expressiva. Comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores, indígenas, entre tantos outros, tem vivenciado embates contínuos pela permanência em seus territórios. Parques, reservas e unidades de conservação têm ocupado “quintais” de pequenas comunidades, que se descobrem invadidos por “ambientalistas” de órgãos governamentais ou não governamentais.

Os contextos são diversos e os embates cada vez mais desiguais, movimentos “pró-meio ambiente” reivindicam uma “natureza intocada”, um “novo Éden”, mesmo que isso signifique desapropriar pequenas comunidades inteiras, ou “enquadrá-las” em Reservas Ecológicas ou Unidades de Conservação.

A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, onde os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais. (DIEGUES, 1997, p. 333)

---

<sup>12</sup> Sobre antropologia reversa Cf. WAGNER, Roy. A invenção da Cultura, 2010.

Nesta mesma direção a PMV está envolvendo diversos atores institucionais nestas disputas pela “natureza pura”. Seja através da SEMMAN, Programa Terra Mais Igual ou das classes médias residentes nos contrafortes do Maciço Central<sup>13</sup>. São diversos interesses em jogo e diversas vozes, muitas vezes silenciadas pela voz uníssona da PMV.

O Programa Terra Mais Igual representa bem esta proposta governamental. Criado a partir de 1998 com o objetivo de viabilizar obras de infraestrutura nos morros da capital, e em 2006, sob nova gestão municipal, tornou-se Programa Terra Mais Igual. Os territórios de planejamento e ação do Programa Terra Mais Igual dividem-se pelo município de Vitória sob a denominação de Poligonais. Estas somam o total de 15 e foram definidas pela PMV, tendo como critérios o grau de carência em equipamentos e serviços urbanos, o nível de fragilidade ambiental, o grau de “risco” estrutural e geológico e os baixos índices sociais da comunidade em relação às demais áreas da cidade. (PMV, 2007)

A Poligonal 03 limita-se ao norte com o Parque Estadual da Fonte Grande; ao sul com o centro de Vitória; a leste com o Parque Estadual da Fonte Grande e o Parque Natural Municipal Gruta da Onça e a oeste com o Parque Estadual da Fonte Grande e parte do Morro do Moscoso.

Essa Poligonal compreende uma área de 524.203,65 m<sup>2</sup>, e, segundo estimativa calculada com base na taxa geométrica de crescimento no período de 1991 - 2000 do Censo 2000 do IBGE, abrigava em 2009, uma população de aproximadamente 3.598 habitantes e 1.030 domicílios<sup>14</sup>.

Historicamente a Poligonal 03 compreende a região onde ocorreram as primeiras ocupações em morros na Capital, uma vez que estas aconteceram já em 1909, no bairro Santa Clara. Já a Fonte Grande faz parte do processo de ocupação mais recente que

---

<sup>13</sup> O Maciço Central representa uma região sócio-natural que contempla representações de territórios e de fronteiras entre setores oeste e leste da cidade que, apesar de mudanças históricas em sua configuração socioeconômica, na mancha urbana em forma de anel ao redor da APA, marcam espaços de profundas desigualdades que revelam a outra face de uma cidade que se pretende e se promove pela igualdade cidadã. (CICCARONE, 2010, p. 30)

<sup>14</sup> Conforme estimativa calculada em 2009 com base na taxa geométrica de crescimento do período de 1991/2000 dos Censos de 1991 e 2000 do IBGE.

começou a ocorrer lentamente nas décadas de 30, 40 e 50, com a chegada de famílias provenientes do interior do Estado. As famílias já residentes no centro da cidade, principalmente as de baixa renda, com as melhorias urbanas foram obrigadas a se deslocarem para os morros, uma vez que as mudanças alteraram o padrão de vida, encarecendo e impedindo que continuassem morando na parte baixa da cidade.

A expansão da ocupação nos morros que constituem a Poligonal 03 ocorreu de forma acelerada a partir dos anos 60, quando a região passou a servir de alternativa habitacional de migrantes vindos do interior do Estado, Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais, que, atraídos pelo processo de industrialização concentrado na capital, desembarcavam em Vitória com a expectativa de conseguir melhores condições de vida (PMV, 2008).

Na época, os espaços vazios nas áreas de morro do centro da cidade foram determinantes para o alargamento da ocupação nos mesmos. As possibilidades de trabalho próximo do local de moradia, o acesso aos serviços e equipamentos urbanos oferecidos, foram fatores de atração para os moradores, que passaram a receber parentes e amigos, multiplicando os lotes ocupados e a construção de barracos que se espalhavam nos morros. Destaca-se ainda a importância da proximidade com os recursos naturais, uma vez que muitos desses novos moradores viviam em áreas rurais, e mantinham estreita relação com a terra. Importante destacar que a ocupação desordenada se deu em ritmo crescente na medida em que o país encontrava-se inserido num paradigma socioeconômico que demandava o direcionamento de recursos para a expansão do parque industrial, deixando lacunas quanto às políticas sociais.

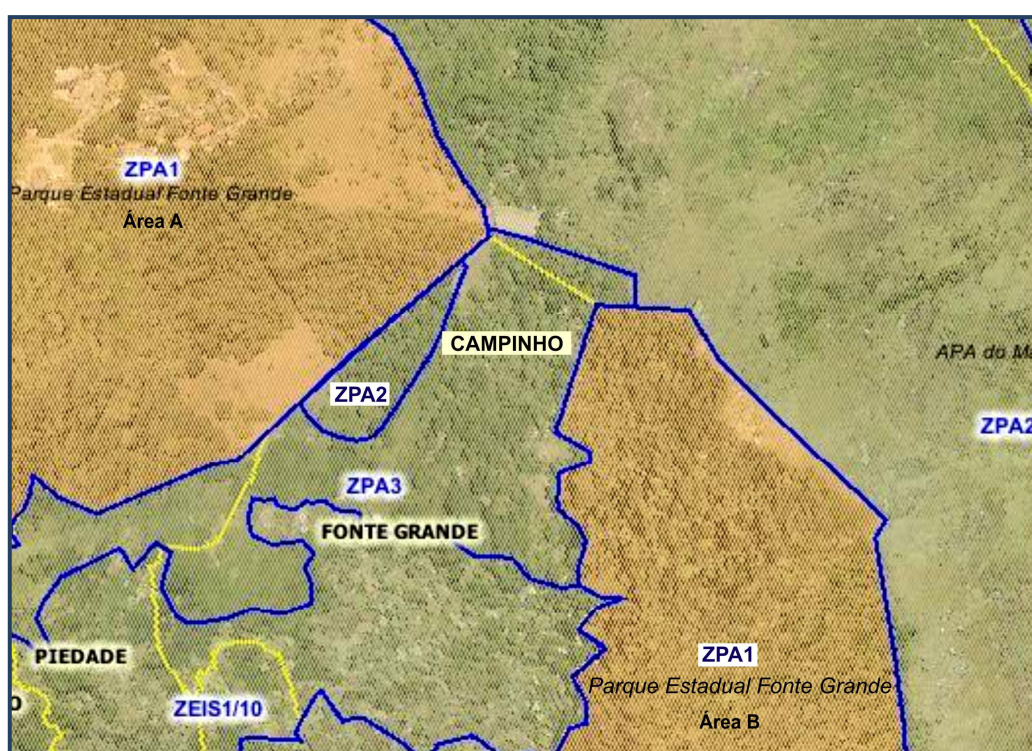
Frente ao processo de adensamento urbano de Vitória, que gerou problemas sociais inerentes a grandes cidades com esse histórico, o Município, por meio do Plano Diretor Urbano (PDU), passou a implementar o ordenamento e restrições para a ocupação de seu território. O primeiro PDU foi formulado em 1984 e a partir de sucessivas atualizações constitui-se da Lei nº 6.705 de 2006. Nele foi realizado o zoneamento da cidade, sendo este um

[...] instrumento destinado a regular o uso e a ocupação do solo para cada uma das zonas em que se subdivide o território do município, tendo como objetivos: I - fazer cumprir as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tendo em vista o estado da urbanização, as condições de implantação

da infra-estrutura de saneamento básico, do sistema viário e do meio físico;  
II - atribuir diretrizes específicas de uso do solo para as zonas (PMV, 2006).

Dessa forma, toda a delimitação das áreas de zoneamento urbanístico e ambiental, usos e proteção definidos, além das áreas de expansão urbana, industrial e turística e dos principais usos do solo do Município de Vitória estão inseridas nas 08 (oito) zonas territoriais do município.

Como pode ser observado na Figura 3.a abaixo, o território do “Campinho” da Fonte Grande é constituído por ZPA 2 e ZPA 3, além de estar localizado entre as duas áreas do Parque Estadual da Fonte Grande (ZPA 1):



**Figura 3.a:** Localização do “Campinho” da Fonte Grande  
**Fonte:** MAPA..., 2011 (com alterações)

Segundo o PDU, as Zonas de Proteção Ambiental (ZPA 01, 02 e 03) são definidas em função das necessidades de proteção integral e dos diferentes graus de uso sustentável permitidos, sendo compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, conservação e desenvolvimento de atividades sustentáveis.

São objetivos da Zona de Proteção Ambiental:

I - proteger os ecossistemas e recursos naturais e o patrimônio cultural como condicionamento da ocupação do espaço urbano, promovendo a recuperação daqueles que se encontrem degradados;



- II - incentivar, qualificar ou conter a ocupação do espaço urbano, compatibilizando-a com a capacidade de infra-estrutura, do sistema viário e com a proteção ao meio ambiente, regulando os usos, a ocupação e o desenvolvimento de atividades compatíveis com a conservação de ecossistemas, recursos naturais e atributos relevantes da paisagem urbana;
- III - garantir a conservação de praias com acessos democráticos e condições ideais para o lazer e recreação;
- IV - controlar a ocupação urbana em áreas de interesse e fragilidade ambiental;
- V - referenciar a elaboração de Plano de Manejo para as unidades de conservação do município;
- VI - preservar amostras significativas das diversas formações ecológicas e dos recursos naturais;
- VII - conservar os recursos hídricos;
- VIII - assegurar a qualidade ambiental;
- IX - conservar as belezas cênicas;
- X - proporcionar a recreação, educação ambiental e espaços propícios ao desenvolvimento de atividades de turismo sustentável;
- XI - proteger a diversidade natural (PMV, 2006).

As ZPA 01 são áreas destinadas à proteção integral dos ecossistemas e dos recursos naturais, garantindo a reserva genética da fauna e flora e seus habitats, podendo ser utilizadas para fins de pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental e o uso indireto dos recursos naturais, não envolvendo o consumo, coleta, dano ou destruição dos mesmos, constituída pelas duas áreas do Parque Estadual da Fonte Grande.

O Parque Estadual da Fonte Grande, criado em 1986 pela Lei Estadual nº 3.875, está situado no Maciço Central da Ilha de Vitória, abrangendo os morros da Fonte Grande, Mulundu, Santa Clara, Pedra do Vigia, Bastos e Pedra dos Dois Olhos, com área de 260 (duzentos e sessenta) hectares (ES, 1986).

Entre os objetivos do Parque Estadual da Fonte Grande estão: a) resguardar os atributos excepcionais da natureza na região, b) proteção integral da flora, fauna, do solo e demais recursos naturais, c) assegurar condições de bem estar público, com utilização para objetivos educacionais, científicos e recreativos (ES, 1986).

As ZPA 02 são áreas destinadas à conservação dos ecossistemas naturais e dos ambientes criados, com uso sustentável dos recursos naturais, podendo ser utilizadas para fins de pesquisa científica, monitoramento e educação ambiental, turismo, recreação e esportes, desde que estas atividades não causem danos aos ambientes naturais ou em recuperação, constituída pela porção norte e oeste do “Campinho” da Fonte Grande.

Por sua vez, as ZPA 03 são áreas com atributos ambientais relevantes, destinadas à recuperação e conservação dos recursos naturais e paisagísticos, cujo uso e ocupação do solo devem ser controlados de forma a assegurar a qualidade ambiental, podendo ser utilizadas para fins de pesquisa científica, monitoramento e educação ambiental, recreação, realização de eventos culturais e esportivos e atividades de apoio ao turismo, constituída por grande parte desse território.

Observa-se que o PDU municipal não permite a ocupação humana em sua ZPA, porém essa legislação é posterior à ocupação desse território, além disso, não considerou o uso agropecuário ainda presente no “Campinho” da Fonte Grande<sup>15</sup>.

Após a realização do cadastramento de todas as famílias localizadas no “Campinho” da Fonte Grande, através do “Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade do Campinho da Fonte Grande”, acima citado, foram identificados **120** moradores no local, média de **3,1** indivíduos por família, considerando as **38** famílias identificadas (PMV, 2009).

Uma variável relevante desta pesquisa trata-se do tempo de residência no domicílio, pois cerca de **42%** (16 famílias entrevistadas) vivem nesta área há mais de 30 anos, destacando-se neste total as que moram há mais de 40 anos, que representam **23,7%** (09 famílias). Existem ainda 04 famílias que moram há mais de 50 anos, representando cerca de **11%**, destacando-se a presença de um morador que está no “Campinho” há 60 anos, sendo a 3ª geração de herdeiros do Sr. Fortunato Pinto Lírio, seu avô, que plantava café e criava gado<sup>16</sup> no morro do Mulundu, o que evidencia uma ocupação antiga, muito anterior à implementação do Parque Estadual da Fonte Grande e do Plano Diretor Urbano, de 1986 e 2006, respectivamente.

Observamos que vários moradores expressam afetividade e demonstram sentimento de pertencimento ao dizer “*que moram no local há muitos anos*”, enfatizando o fato de

---

<sup>15</sup> O “Campinho” foi historicamente recortado por pequenas fazendas que eram conhecidas pelo nome de seus donos, do Zé Ganga, dos Bastos e Porfírio que produzia flores e tinha uma extensa plantação de café, do Gegê, diminutivo de Geraldo Rebelo, que se estende do “Campinho” até o bairro de Fradinhos, e dos Pinto Lírio, todas extintas, menos as duas últimas, que continuam a desenvolver atividade pecuária extensiva em área de preservação permanente.

<sup>16</sup> Esta família, hoje na 4ª geração, ainda possui cerca de 30 cabeças de gado bovino leiteiro, em área limítrofe ao Parque Estadual da Fonte Grande, o que já gerou vários conflitos com a fiscalização do mesmo, que alega que esse gado invade a área do parque e causa prejuízos ao mesmo.

serem “*nascidos e criados*” no “Campinho”, além do fato de residirem e cuidarem de propriedades herdadas de seus familiares:

“[...] Eu nasci aqui, minha família é toda daqui, fui criado aqui, tenho cinquenta anos” (Morador, 52 anos).

“[...] Meu Deus do Céu! Porque aqui é muito bom! Eu fui criada aqui, meus filho também criado aqui, tô com setenta anos já. Fui criada aqui em cima. Aí fui crescendo, crescendo, casei, fiquei viúva, tornei casar, fiquei viúva de novo (risos). Tô aqui em cima (...)” (Moradora, 75 anos).

Dos chefes de família e respectivos cônjuges do local que declararam sua naturalidade (57 pessoas), 29 (cerca de **51%**) nasceram em Vitória, e dos que vieram de outras localidades, destacam-se os 16 (**28%**) vindos de outros municípios do Estado do Espírito Santo (PMV, 2009).

Muitos moradores lamentaram a impossibilidade de efetuar melhorias ou reconstruções em suas habitações por conta da legislação municipal que proíbe qualquer tipo de obra em áreas de interesse ambiental. A percepção dos moradores é que essa proibição veio acompanhada da inserção do Programa Terra Mais Igual no morro, uma vez que eles temem realizar investimentos e serem removidos de seus imóveis, como diz uma das mais antigas moradoras:

“Aqui ninguém pode construir nada, mas no Fradinhos<sup>17</sup> pode” (Moradora, 83 anos).

Essa senhora vive no “Campinho” há mais de cinquenta anos, quando ela, o marido, os filhos e seus irmãos migraram do interior do Estado, onde trabalhavam na roça, indo morar num lugar em condições semelhantes às anteriores. Assim a família Moura<sup>18</sup> se estabeleceu no local formando seu grupamento familiar, sendo que no tempo corrente, seus filhos, netos e bisnetos permaneceram no “Campinho” ou em outros morros nas proximidades. Eles são conhecidos na Fonte Grande como “os índios”, embora a matriarca não reconheça a identidade étnica, alguns filhos e netos não se incomodam com a atribuição e mantêm relações de parentesco, afetivas ou de afinidade como os demais moradores oriundos, principalmente, dos quilombos que existiram no local.

Uma das maiores preocupações dos moradores mais antigos do “Campinho” refere-se ao discurso da PMV sob o argumento de “área de interesse ambiental”, retirá-los do

---

<sup>17</sup> Bairro de classe média alta do município de Vitória-ES, localizado no lado oposto ao “Campinho” e que também faz divisa com o Parque Estadual da Fonte Grande, embora não receba as mesmas restrições ambientais.

<sup>18</sup> A família Moura é a segunda mais antiga, sendo a primeira a família Lírio.

local sem que o mesmo seja incorporado ao Parque, e este se transforme em alvo de especulação imobiliária, sendo tomado pelos moradores de Fradinhos.

Outra configuração da ocupação do território se apresenta, visto que, desde o início do cadastramento em novembro de 2008 até o início de 2011, diversas famílias mudaram de residência, apesar de permanecerem no “Campinho” e outras foram morar na parte mais baixa do morro ou em outros bairros pagando aluguel. Entretanto, algumas famílias acabaram voltando, porque não puderam arcar com as despesas. Assim, mesmo diante da precariedade do local, como a inexistência de rede de esgoto, água encanada e iluminação precária, as pessoas retornam para suas casas ou de algum parente que conseguiu uma moradia melhor, por não se adaptarem às novas dinâmicas de sociabilidade, presentes em outros morros.

#### **4. Atualização das territorialidades**

Neste ponto tentaremos descrever (GEERTZ, 1989) as trajetórias de algumas famílias residentes no “Campinho”. Essas narrativas falam de alianças, estratégias, memória do espaço, do trabalho e da sociabilidade; que funcionam como mecanismos (e instrumentos) de negociação, de pertencimento e de identificação do grupo. Os interesses pelo lugar são diversos, diversas também são as versões sobre o uso de espaço, sua cosmografia<sup>19</sup>.

Enquanto os moradores reforçam seu pertencimento ao lugar e a possibilidade de permanecer, os agentes governamentais representados pelos técnicos da SEMMAN reafirmam o remanejamento dos moradores da área como forma de “preservar” a mata. Seu discurso a favor da ecologia explicita o verdadeiro interesse desses órgãos e dos moradores circunvizinhos dos bairros de classe média alta, de camuflar problemas sociais num discurso ambientalista, os conflitos de classe e a política de higienização ganham novos rótulos e novos discursos reproduzem velhas práticas.

Campo de futebol, salões de baile e núcleos familiares provenientes dos mais diversos lugares compõem o mosaico social do lugar. Índios, caboclos, negros e baianos são

---

<sup>19</sup> Nos termos de Yi-Fu Tuan (1990, p. 38, *apud* Lobão, 2006, p.177) a representação do espaço está fundada na ideia de um “cosmos circular [...] que implica, mais do que qualquer outra forma, um centro”.

identificados pelos traços, pelas falas, pelas trajetórias e histórias de vida (identidades ora negadas, ora reafirmadas).

Histórias dos bailes no alto do morro, dos carnavais de rua, dos namoros à moda antiga e das trocas de favores entre vizinhos foram interrompidas por alguns eventos que fazem referências ao morro como lugar de violência e território do tráfico. No entanto, alguns negam essas afirmações, apontando para tranquilidade de se viver no local e garantir sua reprodução social.

A fundação do Parque em 1986 também representa ruptura<sup>20</sup>. De delimitação de espaço e de privação de práticas como caça e coleta, segundo moradores locais “*no início tinha mais bicho, mudou tudo, foi tudo embora. Antes da gente usar gás, a gente pegava lenha seca onde hoje é o Parque*”. Contaram também que plantavam aipim, milho e que agora estão proibidos de plantar pela PMV.

O Parque Estadual da Fonte Grande começa a ser percebido e representado de formas distintas, enquanto para uns o parque é morada (lugar de reprodução de vida e terra de trabalho) para os técnicos da Prefeitura é um espaço de reserva ambiental, de natureza que deveria estar intocada, é “pulmão de Vitória”. Retirar os moradores do local torna-se a única alternativa, alegando uso indevido dos recursos e negando dessa forma que os moradores do local gerenciaram uma dinâmica de uso do espaço com vistas à utilização dos recursos naturais de forma equilibrada (DIEGUES, 1997).

As formas de apropriação e uso dos espaços geram pertencimento e legitimidade (conhecimento do espaço e dos recursos), e mesmo quando ocorre a circulação de pessoas (ligadas geralmente ao trabalho ou alianças matrimoniais) o lugar de “origem” instrumentaliza o referencial de identidade e pertencimento ao grupo.

As famílias que residem no local são um bom exemplo da possibilidade de relação equilibrada entre homem e natureza. Seu Júlio<sup>21</sup>, um desses moradores, reside no local por volta de 18 anos, por inúmeras vezes foi encontrado distribuindo legumes e

---

<sup>20</sup> Neste ponto concordamos com Marshall Sahlins, quando aponta para o fato de que “uma alteração nas relações entre categorias dadas afeta suas possíveis relações com outras categorias. A estrutura como conjunto de relações entre relações, é transformada”. (2008, p. 75)

<sup>21</sup> Júlio Marinho Brito, 73 anos.

verduras cultivados por ele mesmo. Ou cuidando da manutenção da estrada por onde passam as compras dos moradores. Elementos que sugerem o exercício da dádiva (MAUSS, 2003), mesmo que de forma restrita, já que alguns moradores preferem manterem-se distantes desses espaços de coletividade, como Dona Ângela<sup>22</sup>, moradora do local que reside com o marido e filhos em uma área isolada e não estabelece relações de cooperação com os vizinhos. Nessas condições também vive seu Everton com a esposa Nancy<sup>23</sup>, que reside numa área relativamente isolada, herança dos pais no “caminho das pedras”<sup>24</sup>.

Estes (quase) isolamentos se deram segundo os moradores do local, a partir do conflito envolvendo dois times de futebol, que gerou estranhamento entre os morros da Piedade e Fonte Grande. A ocorrência desse confronto produziu novas formas de sociabilidade, distanciamentos e aproximações. Elementos passivos de análise e que nos levam para algumas impressões relevantes.

Num primeiro momento ocorre um conflito de interesses entre a comunidade e os órgãos do Poder Público, a possibilidade de remanejamento, sustentada no discurso da PMV pela demanda de “conservação” dos recursos naturais gera nos moradores instabilidade social. A área ocupada possivelmente na primeira metade do século XX “virou” Parque, e não se pode mais caçar ou coletar. Os recursos naturais foram delimitados e nem mesmo sobre o espaço da casa eles têm mais autonomia, visto que segundo os moradores, há uma proibição relativa à construção ou reforma dos imóveis. De outro lado é possível perceber que os fluxos migratórios e o tempo de chegada e permanência também recortam as relações internas, geram reciprocidade e conflito, e produzem a cosmografia do espaço.

Situação parecida com a que foi descrita por Norbert Elias & John L. Scotson (2000) quando analisaram uma pequena comunidade inglesa em suas representações dos moradores “antigos” sobre os “recém-chegados”, estabelecendo fronteiras sociais. As falas de Dona Inácia e Dona Eralda materializam bem estas relações construídas entre

---

<sup>22</sup> Ângela Maria Conceição Penha, 51 anos.

<sup>23</sup> Nancy Rodrigues Brito, 69 anos, o marido 67 anos.

<sup>24</sup> Existem dois caminhos que dão acesso ao “Campinho”, pelo morro da Fonte Grande, denominados pelos moradores de “Caminho das Pedras” e “Escadaria do Céu”.

os que já estão “estabelecidos” e os “forasteiros” (índios e baianos são exemplos de identidade pejorativa que compõem o repertório dessas classificações internas).

## 5. Algumas Considerações

A demanda da PMV por uma Cidade paisagem, futurista e “ecologicamente correta” tem gerado intensos conflitos socioambientais, especialmente a partir da proposta de tornar a cidade um cartão postal, o que tem justificado a remoção destas populações de suas moradias, desconsiderando os riscos sociais presentes nestas “trajetórias dirigidas”. Nesta dinâmica a voz dos sujeitos envolvidos e atingidos por estas políticas é sufocada pelo discurso ambientalista da PMV, que nega não só a relação com o espaço, mas com os demais sujeitos que compõem a cosmografia do lugar. Fazendo do “risco” a palavra de ordem para modificar a paisagem, retirando os moradores, não todos, apenas aqueles que supostamente não teriam condições de “preservar o espaço”.

O que se observa, sobretudo no caso do “Campinho” da Fonte Grande é que nem todos os moradores da área de amortecimento dos parques são considerados um risco para a “preservação” do local. O que torna o risco uma categoria negociável para as classes médias dessas áreas.

Risco só é risco dentro de um contexto relacional. E a partir desta perspectiva, a hegemonia de certo entendimento a respeito da natureza do risco ambiental na cidade de Vitória, penalizou práticas de agentes menos articulados politicamente na arena de disputa. O grupo que conseguiu definir o conceito do risco, definiu as práticas não sustentáveis, além do projeto e controle sobre o espaço. Ações como estas por parte do poder público são capazes de consolidar a noção da cidade sustentável pautada na garantia da produtividade física do meio urbano em função da reprodução do capital (LOBINO; VITORINO; FIGUEIRAS, 2008, p. 51).

O que nos dá condições de pensar que o discurso da PMV só pode ser entendido se pautado numa lógica para além da dita “sustentabilidade”. Intencional e arbitrário, ele articula teias de poder e dominação através de ideologias pré-fabricadas de “uso sustentável”, “preservação” e “ambientalização”, entre outros. Um poder intencionalmente mobilizado para desconsiderar as práticas das comunidades presentes nestas áreas, rotulando-as enquanto “insustentáveis” do ponto de vista ambiental.

Instrumentalizando o discurso numa teia de poder invisível, que de acordo com Pierre Bourdieu reforça os instrumentos de dominação e orienta o princípio de visão a partir da di-visão do mundo social, posto que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (2005, pp. 07-08)

Essas teias de poder são articuladas através de símbolos de reconhecimento, autorizados e reproduzidos constantemente para dar conta de produzir consensos acerca do mundo social, e neste caso específico também do mundo natural.

Os símbolos são os instrumentos por excelência de “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral” (BOURDIEU, 2005, p. 10)

Todas estas problemáticas têm gerado na comunidade um sentimento de negação dos valores locais que se traduz na negação da sua cidadania. Serviços básicos de saneamento são constantemente reclamados. E isto tem produzido instabilidade e insegurança, alguns moradores já se mudaram para a parte baixa do morro, outros resistem, não sabem até quando.

Em condições de desamparo e de humilhações permanentes, a espera é feita de angústias, mas “esperar” é também “não desistir”, “não ir embora”. Todos, em maior ou menor grau, resignam-se, embora num sentido muito especial da palavra resignação: podem estar a um passo do desespero e da desistência; [...] mas não esperam passivamente. Ao contrário, todos falam de permanência do desejo de transformação da vida e da luta pela mudança, mesmo que a esperança de alcançar o objetivo seja tênue, sempre à beira da desilusão. Esperam com resignação, mas não necessariamente com submissão, conformismo, renúncia ou demissão diante dos obstáculos à satisfação de suas necessidades, entre elas a de dignidade. (PATTO, 2009, pp. 593-594)

Sabemos que existem várias alternativas de uso do espaço aliado à preservação dos recursos naturais, a comunidade também reconhece que é possível permanecer sem destruir (ora a mata que os rodeia é uma clara demonstração disso). Contudo, os enfrentamentos continuam. Não se sabe até quando, posto que as forças opostas são constantemente estruturadas no sentido de convencê-los a sair. Pois as “agendas oficiais alimentam e nutrem um senso comum a serviço dos segmentos sociais que possuem maior acesso aos canais de circulação de poder na sociedade capixaba” (LOBINO;



VITORINO; FIGUEIRAS, 2008, p. 57), definindo desta forma as vítimas e os algozes do “desenvolvimento sustentável” no espaço urbano.

## 6. Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CICCARONE, Celeste. “A igualdade “por baixo” e a escadaria “do céu”: Erradicação da pobreza, ambientalismo e pluralidade num caso de conflito socioambiental na cidade de Vitória”. In: **SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileira. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.) **Faces do trópico úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP, 1997.
- DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José. **O Nosso Lugar Virou Parque: um Estudo Sócio-Ambiental do Saco do Mamanguá - Paraty (RJ)**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 1999.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Lei 3.875**: Institui o Parque Estadual da Fonte Grande. Vitória, 1986.
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento**. Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: UNB, 2006.
- LOBINO, Camilla; VITORINO, Igor; FIGUEIRAS, Márcio. O discurso da sustentabilidade e as práticas de re-ordenamento do espaço na Grande Vitória-ES. In: **Revista Geografares**. Vitória: PPG-UFES, 2008.
- MAPA de Vitória. Disponível em: <<http://geoweb.vitoria.es.gov.br/geosite.asp>>. Acesso em 05 de maio de 2011.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **A cidadania negada: Políticas públicas e formas de viver**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2009.

PREFEITURA Municipal de Vitória - PMV. **Diagnóstico Socioeconômico da Comunidade do Campinho da Fonte Grande**. Vitória-ES, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório das Famílias em Risco Habitacional da Poligonal 03**. Vitória-ES, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do Programa Terra Mais Igual**. Vitória-ES, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.705**: Institui o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória. Vitória-ES, 2006.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1996

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.